

O PAPEL DO CONTADOR NA TRANSPARÊNCIA ELEITORAL: EVIDÊNCIAS DA LITERATURA BRASILEIRA

Franciara Oliveira Bittencourt¹;

¹Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe.

<http://lattes.cnpq.br/5482000848670156>

Mariana Dórea Figueirêdo Pinto²;

²Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe.

<http://lattes.cnpq.br/5979952106108943>

Joenison Batista da Silva³;

³Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe.

<http://lattes.cnpq.br/8951082005927477>

Genisleide de Santana Santos⁴.

⁴Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe.

<http://lattes.cnpq.br/6843891652789011>

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre contabilidade eleitoral, mapeando a evolução normativa do campo e o papel do profissional contábil na transparência eleitoral. Foi realizada busca no Portal de Periódicos da CAPES utilizando os descritores “contabilidade eleitoral”, “prestação de contas eleitorais” e “auditoria eleitoral”, combinados com os termos “transparência”, “financiamento de campanhas” e “*accountability*”. Após a aplicação dos critérios de filtragem, foram identificados como amostra um total de 36 artigos, dos quais foram extraídos dados bibliométricos e, posteriormente, realizada uma análise dos trabalhos com maior número de citações. Os resultados demonstraram que a produção científica é recente, fragmentada e fortemente influenciada pelas reformas normativas do sistema eleitoral brasileiro, com crescimento expressivo a partir de 2016. O campo apresenta caráter interdisciplinar, abrangendo contabilidade, administração pública, políticas públicas e controle social, com predomínio de abordagens descritivas voltadas aos aspectos normativos e operacionais da prestação de contas. Desafios como a baixa densidade teórica, fragmentação dos periódicos e ausência de agendas de pesquisa consolidadas ainda limitam o avanço do campo. Constatou-se que a contabilidade eleitoral representa um instrumento estratégico para o fortalecimento da *accountability* e da governança, ao mesmo tempo em que demanda investigações mais analíticas e teoricamente orientadas.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade eleitoral. Transparência. *Accountability*.

THE ROLE OF ACCOUNTANTS IN ELECTORAL TRANSPARENCY: EVIDENCE FROM THE BRAZILIAN LITERATURE

ABSTRACT: This study aimed to analyze Brazilian scientific production on electoral accounting, mapping the normative evolution of the field and the role of accounting professionals in electoral transparency. A search was conducted in the CAPES Periodicals Portal using the descriptors “electoral accounting,” “electoral accountability,” and “electoral audit,” combined with the terms “transparency,” “campaign financing,” and “accountability.” After applying the filtering criteria, a total of 36 articles were identified as a sample, from which bibliometric data were extracted and, subsequently, an analysis of the works with the highest number of citations was performed. The results demonstrated that scientific production is recent, fragmented, and strongly influenced by the normative reforms of the Brazilian electoral system, with significant growth from 2016 onwards. The field presents an interdisciplinary character, encompassing accounting, public administration, public policies, and social control, with a predominance of descriptive approaches focused on the normative and operational aspects of accountability. Challenges such as low theoretical density, fragmentation of journals, and the absence of consolidated research agendas still limit the advancement of the field. It was found that electoral accounting represents a strategic instrument for strengthening accountability and governance, while at the same time demanding more analytical and theoretically oriented investigations.

KEY-WORDS: Election accounting. Transparency. Accountability.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil tem sido objeto de crescente escrutínio público e institucional, impulsionado por recorrentes episódios de corrupção, uso indevido de recursos e fragilidades nos mecanismos de controle. Segundo Przeworski (2010), a transparência e a *accountability* são condições essenciais para o fortalecimento da democracia e para a ampliação do controle social sobre os agentes políticos. Nesse mesmo sentido, Braga e Gomes (2018) apontam que esse cenário intensificou a demanda por mecanismos mais efetivos de fiscalização do processo eleitoral.

A evolução normativa brasileira reflete esse movimento. A partir dos anos 2000, conforme estabelecido pela Lei nº 9.504/1997 (Brasil, 1997), a Justiça Eleitoral passou a aprimorar os instrumentos de fiscalização das contas de campanha, consolidando a prestação de contas como mecanismo central de controle jurisdicional. Esse processo foi intensificado com reformas estruturais, como a vedação ao financiamento empresarial

de campanhas, decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650/DF (Brasil, 2015), e com a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), instituído pela Lei nº 13.487/2017 (Brasil, 2017).

Nesse contexto, destaca-se a institucionalização da contabilidade eleitoral como instrumento fundamental de transparência. Conforme estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da Resolução nº 23.406/2014 (TSE, 2014), tornou-se obrigatória a participação de profissionais da contabilidade na elaboração das prestações de contas eleitorais, conferindo maior rigor técnico ao processo. Posteriormente, conforme regulamentado pela Resolução nº 23.463/2015 (TSE, 2015), a contabilidade eleitoral foi consolidada como mecanismo formal de evidenciação das receitas e despesas de campanha.

Sob a perspectiva teórica, Bushman *et al.* (2004) compreendem a contabilidade eleitoral como instrumento de redução da assimetria informacional entre candidatos, eleitores, financiadores e órgãos de controle, ao viabilizar a divulgação padronizada e verificável das informações financeiras. Nesse sentido, ela se insere no campo mais amplo da governança pública e da transparência, contribuindo para o fortalecimento das práticas de *accountability* e para a legitimidade do processo democrático, conforme destacado por Siqueira, Andrade e Souza (2022).

Apesar da relevância institucional do tema e dos avanços normativos observados, a produção científica brasileira sobre contabilidade eleitoral ainda se apresenta dispersa e em processo de consolidação. Sallaberry, Vendruscolo e Rodrigues (2014), assim como Brito e Dantas (2016), abordam aspectos específicos, como prestação de contas partidárias, comportamento dos gastos públicos em períodos eleitorais e interesse de doadores, porém carecem de sistematização que permita compreender a evolução do campo e suas principais tendências.

OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a produção científica brasileira sobre contabilidade eleitoral, mapeando a evolução normativa do campo e o papel do profissional contábil na transparência eleitoral, por meio de análise bibliométrica da literatura disponível no Portal de Periódicos da CAPES.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas. A dimensão quantitativa é operacionalizada por meio de análise bibliométrica, enquanto a dimensão qualitativa fundamenta-se na análise de conteúdo dos estudos selecionados. Segundo Leão, Mello e Vieira (2009), a adoção de abordagens mistas é recomendada em pesquisas em ciências sociais aplicadas

por permitir maior robustez analítica e melhor articulação entre teoria e evidência empírica.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória. A dimensão descritiva busca identificar padrões e características da produção científica, enquanto a exploratória visa ampliar a compreensão do fenômeno investigado e identificar lacunas de pesquisa. Conforme Gil (1999; 2008), essas classificações são amplamente utilizadas em pesquisas de cunho social aplicado. No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento sistemático da literatura científica existente.

A coleta de dados foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, no período de 30 de maio a 5 de junho de 2025. A escolha dessa base justifica-se por sua abrangência e relevância no contexto acadêmico brasileiro, reunindo periódicos científicos avaliados por pares. A estratégia de busca foi estruturada com base em descritores relacionados ao tema e organizada por meio de operadores booleanos, conforme a seguinte expressão: (“contabilidade eleitoral” OR “prestação de contas eleitorais” OR “auditoria eleitoral”) e (“transparência” OR “financiamento de campanhas” OR “*accountability*”).

Conforme apontado por Araújo (2006, apud Silva *et al.*, 2016), a utilização de técnicas bibliométricas permite mensurar a produção científica e identificar padrões de disseminação do conhecimento, sendo amplamente empregada em estudos de mapeamento de literatura. Nesse sentido, a bibliometria contribui para a sistematização de áreas de pesquisa ainda em consolidação.

Os critérios de inclusão compreenderam: (i) artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares; (ii) estudos com aderência direta ao tema da contabilidade eleitoral, prestação de contas ou transparência no financiamento político; e (iii) publicações em língua portuguesa ou inglesa. Foram excluídos trabalhos duplicados, estudos sem relação substantiva com o objeto de pesquisa e documentos sem caráter científico, como editoriais e resenhas.

O processo de seleção seguiu as etapas propostas para revisões sistemáticas, iniciando-se pela leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, pela leitura integral dos textos elegíveis. Ao final do processo, o corpus analítico foi composto por 36 artigos.

A análise dos dados foi conduzida em duas etapas complementares. Na etapa bibliométrica, foram examinadas variáveis como distribuição temporal das publicações, áreas do conhecimento, periódicos de veiculação e frequência de palavras-chave. Na etapa qualitativa, empregou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme as fases propostas por Bardin (1977): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Adicionalmente, os trabalhos mais citados foram analisados com o objetivo de identificar contribuições teóricas e empíricas relevantes, permitindo compreender a estrutura intelectual do campo e suas principais vertentes analíticas.

Como limitação, destaca-se o uso de uma única base de dados, o que pode restringir a abrangência dos resultados. Ainda assim, conforme reconhecido por Silva *et al.* (2016), essa limitação é recorrente em estudos bibliométricos com foco nacional, não invalidando a consistência dos achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus composto por 36 artigos evidencia que a produção científica sobre contabilidade eleitoral no Brasil apresenta desenvolvimento recente, fragmentado e fortemente influenciado por mudanças institucionais. Esse padrão é consistente com a literatura que aponta que áreas emergentes tendem a evoluir de forma reativa a transformações normativas e contextuais (SILVA *et al.*, 2016).

À luz da teoria institucional, esse comportamento pode ser interpretado a partir do conceito de isomorfismo coercitivo, conforme proposto por DiMaggio e Powell (1983), no qual organizações e, por extensão, campos acadêmicos, tendem a se conformar a pressões externas oriundas de estruturas regulatórias e expectativas sociais, ou seja, a produção científica cresceu após reformas eleitorais e mudanças normativas.

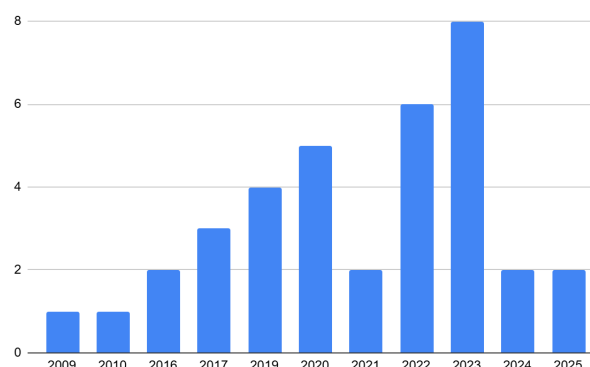
Distribuição temporal das publicações

A análise da distribuição cronológica revela que a produção científica sobre contabilidade eleitoral é relativamente recente e ainda escassa. Como pode observar, conforme gráfico 1 abaixo, a primeira publicação identificada no portal data de 2009, seguida por apenas uma publicação em 2010 e por um intervalo sem registros até 2016, quando dois artigos foram publicados, sinalizando a retomada do interesse acadêmico pelo tema, provavelmente motivada pelas reformas eleitorais de 2015.

Apartir de 2017, observa-se crescimento progressivo: três trabalhos foram publicados naquele ano, quatro em 2019 e cinco em 2020. Essa trajetória ascendente é interrompida em 2021, possivelmente em decorrência do redirecionamento das agendas de pesquisa para as demandas emergenciais da pandemia de COVID-19. Em 2022, a produção retoma seu curso, atingindo o pico histórico em 2023, com o maior número de publicações do período analisado. Os anos de 2024 e 2025 registraram duas publicações cada, sugerindo uma estabilização ainda discreta do campo.

Esse padrão temporal evidencia que a produção científica sobre contabilidade eleitoral responde, em grande medida, aos ciclos políticos e às reformas normativas. A concentração de publicações após 2016 coincide com a intensificação dos debates sobre transparência e financiamento eleitoral, indicando que a academia tem reagido, ainda que com relativo atraso, às transformações institucionais do campo.

Gráfico 1 - Distribuição das Publicações por Ano



Fonte: Elaborada pelos autores.

Distribuição por área de pesquisa e periódicos

Tabela 1 - Distribuição das publicações por área de pesquisa.

Área de Pesquisa	Quantidade
Academic Research in Diverse Fields	6
Business and Management Studies	5
Public Health in Brazil	5
Education and Public Policy	4
Social and Political Issues	4
Corruption and Economic Development	2
Fiscal Policies and Political Economy	2
Demais áreas (1 publicação cada)	8
Total	36

Fonte: Elaborada pelos autores.

A distribuição temática das publicações, apresentada na Tabela 1, evidencia o caráter interdisciplinar da produção sobre contabilidade eleitoral. A categoria *Academic Research in Diverse Fields* concentra o maior número de publicações (6), seguida pelas áreas de *Business and Management Studies* e *Public Health in Brazil*, com 5 trabalhos cada. *Education and Public Policy* e *Social and Political Issues* registram 4 publicações cada, enquanto *Corruption and Economic Development* e *Fiscal Policies and Political Economy* somam 2 trabalhos cada. As demais categorias contam com uma publicação cada.

Esse padrão revela que os estudos sobre contabilidade eleitoral ultrapassam o âmbito estritamente contábil, abrangendo dimensões da administração pública, saúde, educação, políticas públicas e controle social. A interdisciplinaridade observada sugere que o financiamento eleitoral e sua transparência constituem fenômenos multidimensionais, cujo entendimento pleno demanda a integração de múltiplas perspectivas analíticas.

Tabela 2 - Distribuição das publicações por periódico.

Periódico	Quant.
Revista Ambiente Contábil	7
Revista de Contabilidade da UFBA	4
Contabilidade Gestão e Governança	3
Sociedade, Contabilidade e Gestão	3
REUNIR – Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade	2
Revista Contemporânea de Contabilidade	2
Demais periódicos (1 publicação cada)	15
Total	36

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das publicações por periódico. Destaca-se a Revista Ambiente Contábil, com 7 publicações, seguida pela Revista de Contabilidade da UFBA, com 4. A presença de revistas de diferentes regiões do Brasil e de periódicos ibero-americanos aponta para a progressiva inserção do tema em contextos acadêmicos mais amplos. A diversidade de periódicos também indica a ausência de uma publicação centralizada no tema, o que pode dificultar o acúmulo e a sistematização do conhecimento produzido.

A inexistência de um núcleo consolidado de publicação sugere baixa densidade institucional do campo, com ausência de mecanismos estruturados de legitimação científica, como periódicos especializados ou redes consolidadas de pesquisadores. Sob a ótica institucional, essa fragmentação pode comprometer a acumulação sistemática do conhecimento, dificultando a formação de tradições teóricas e agendas de pesquisa contínuas (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Análise das palavras-chave

A construção de uma nuvem de palavras a partir das palavras-chave dos 36 artigos permitiu identificar os termos mais recorrentes na literatura: “contabilidade eleitoral”, “prestação de contas”, “financiamento”, “políticas públicas” e “transparência”. Esses termos refletem os eixos temáticos centrais da produção analisada e confirmam que o debate acadêmico converge para as dimensões normativa, técnica e democrática do financiamento eleitoral.

A recorrência do termo “profissional” entre as palavras-chave é particularmente significativa, pois indica o reconhecimento crescente do papel do contador como agente qualificado no processo eleitoral. A presença de “gasto público” e “financiamento” reforça a dimensão econômica do debate, enquanto “controle social” e “*accountability*” apontam para a dimensão cívica e democrática da contabilidade eleitoral. Esse padrão sugere uma orientação predominantemente normativa, com limitada incorporação de abordagens teóricas

mais sofisticadas. No entanto, a presença crescente de conceitos como *accountability* e controle social indica um movimento incipiente de transição para uma agenda mais analítica, alinhada ao campo da governança pública (SIQUEIRA; ANDRADE; SOUZA, 2022).

Trabalhos mais citados

Tabela 3 - Trabalhos mais citados no corpus analisado.

Autores	Título do Artigo	Citações	Ano	Palavras-chave
Oliveira; Carvalho	A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro (1998–2006)	26	2009	Contabilidade governamental; ciclos políticos; dados em painel
Queiroz	Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros	18	2019	Ano eleitoral; mudança de governador; gastos públicos
Brito; Dantas	Julgamento da prestação de contas dos partidos políticos do RN: aspectos relacionados à aprovação e desaprovação	11	2016	Prestação de contas; partidos políticos; regressão logística; Fundo Partidário

Fonte: Elaborada pelos autores.

O artigo mais citado, de Oliveira e Carvalho (2009), com 26 citações, analisa o comportamento das contas de municípios do Rio de Janeiro ao longo de nove anos consecutivos, identificando alterações estratégicas nos dispêndios públicos em períodos próximos às eleições, com aumento significativo dos gastos entre 2002 e 2006. Os autores apontam dificuldades na obtenção de informações confiáveis que permitam a responsabilização efetiva do gestor público, problema que a contabilidade eleitoral veio, parcialmente, mitigar.

O segundo trabalho mais citado, de Queiroz (2019), com 18 citações, investiga o impacto de fatores políticos, ano eleitoral, início de mandato e troca de governador, sobre a composição dos gastos públicos estaduais. Os resultados indicam que a troca de governador é o principal determinante de mudanças na estrutura das despesas, enquanto o contexto eleitoral, por si só, não gera alterações significativas. O estudo reforça a importância do conhecimento sobre incentivos políticos para aprimorar as decisões governamentais.

O terceiro artigo, de Brito e Dantas (2016), com 11 citações, examina os fatores associados à aprovação e desaprovação das prestações de contas dos partidos políticos no Rio Grande do Norte entre 2006 e 2013. A variável mais significativa foi o recebimento do Fundo Partidário: partidos que utilizaram recursos públicos demonstraram maior responsabilidade na prestação de contas, sugerindo que o financiamento público pode

atuar como indutor de transparência.

De forma geral, os resultados indicam que a literatura sobre contabilidade eleitoral no Brasil apresenta características típicas de um campo em processo de institucionalização: forte dependência do ambiente regulatório, fragmentação temática e predominância de abordagens descritivas. Esse cenário evidencia a necessidade de avanços em direção a análises mais explicativas e teoricamente fundamentadas, capazes de compreender não apenas os efeitos das normas sobre a produção científica, mas também o papel da contabilidade eleitoral na estruturação das práticas democráticas, na consolidação de mecanismos de governança e na construção da legitimidade institucional (SCOTT, 2008; DIMAGGIO; POWELL, 1983).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu mapear a produção científica brasileira sobre contabilidade eleitoral e identificar as principais características de um campo ainda emergente, porém cada vez mais relevante para a compreensão das relações entre regulação, transparência e *accountability* no processo democrático. Os resultados evidenciam que a literatura nacional cresceu em resposta a mudanças institucionais significativas, assumindo caráter interdisciplinar e progressivamente reconhecendo o papel do profissional da contabilidade como agente de integridade, conformidade e evidenciação qualificada das informações eleitorais.

Ao mesmo tempo, a análise revela que o campo ainda apresenta fragilidades estruturais. A dispersão das publicações, a baixa densidade teórica, a predominância de abordagens descritivas e a limitada consolidação de agendas investigativas contínuas indicam que a produção acadêmica sobre o tema se encontra em fase de amadurecimento. Por essa razão, mais do que registrar a expansão quantitativa da literatura, torna-se necessário avançar em direção a estudos capazes de explicar os mecanismos pelos quais a contabilidade eleitoral afeta a governança democrática, a capacidade fiscalizatória da Justiça Eleitoral, a transparência das campanhas e a confiança pública nas instituições políticas.

Como agenda de pesquisa futura, sugerem-se investigações voltadas à análise de redes de coautoria e influência intelectual no campo, estudos comparativos entre ciclos eleitorais e arranjos regulatórios, pesquisas sobre digitalização e auditoria de dados eleitorais, bem como trabalhos que examinem, de forma empírica, os impactos da atuação do contador sobre a qualidade, tempestividade e consistência das prestações de contas. Em síntese, conclui-se que a contabilidade eleitoral **não deve ser compreendida apenas como exigência procedimental, mas como tecnologia institucional de transparência** capaz de fortalecer a *accountability* e a legitimidade democrática.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRITO, Samuel; DANTAS, Marcelo. **Julgamento da prestação de contas dos partidos políticos**. Salvador: Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, 2016.
- BUSHMAN, Robert et al. **What determines corporate transparency?** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEÃO, André; MELLO, Sérgio; VIEIRA, Renata. **O papel da teoria nas pesquisas em administração**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 2009.
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the limits of self-government**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- SILVA, Anderson et al. **Bibliometria aplicada às ciências contábeis**. Salvador: Revista de Contabilidade da UFBA, 2016.
- BRASIL. **Lei das Eleições**. Brasília: Diário Oficial da União, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 13.165**: reforma eleitoral. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.487**: fundo especial de financiamento de campanha. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução nº 23.406**. Brasília: TSE, 2014.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução nº 23.463**. Brasília: TSE, 2015.
- OLIVEIRA, Kátia; CARVALHO, Fernando. **Contabilidade governamental e o calendário eleitoral**. São Paulo: Revista de Contabilidade e Organizações, 2009.
- SALLABERRY, Jonatas; VENDRUSCOLO, Maria; RODRIGUES, André. **Prestação de contas eleitorais**. Florianópolis: Revista Contemporânea de Contabilidade, 2014.
- SIQUEIRA, Marcos; ANDRADE, Rodrigo; SOUZA, Paulo. **Accountability eleitoral e controle social**. Brasília: Contabilidade Gestão e Governança, 2022.